

Contraponto

Jornal do Sindicato dos Servidores das Justiças Federais no
Estado do Rio de Janeiro – Maio de 2017 – Nº 90 – Ano 11
Av. Presidente Vargas, 509/11º andar – Centro
Rio de Janeiro – CEP 20071-003 – (21) 2215.2443

SISEJUFE

Filiado à
FENAJUFE
Federação Nacional dos Servidores
da Justiça Federal do Brasil

MOBILIZAÇÃO



Só as ruas podem barrar as reformas

Charge Latuff



Editorial

Com as reformas, precarização das relações de trabalho deve chegar rapidamente ao setor público

O projeto de privatização do Estado que o governo Temer trabalha aceleradamente para dar concretude, já traz em seu bojo a precarização das relações de trabalho, que abrange também o setor público e está no cerne do modelo de terceirização irrestrita sancionado pelo governo Temer.

Com a terceirização da atividade-fim, está legalizada a possibilidade de existirem empresas sem trabalhador do próprio quadro, utilizando apenas subcontratados e as convenções coletivas podem ser anuladas. Direitos conquistados serão perdidos e está aberta a brecha para o fim dos concursos

públicos, segundo posicionamento do Ministério Público do Trabalho.

Se não barramos os ataques à retirada de direitos, a introdução da terceirização na área-fim chegará mais rapidamente do que possamos pensar. Virá na esteira da atual defasagem do quadro de servidores, será potencializada pelo *boom* de aposentadorias dos que temem os efeitos da Reforma da Previdência e encontrará seu ápice na impossibilidade de dar posse a novos concursados em virtude do corte de gastos com pessoal, efetivado pela Emenda Constitucional 95, que limita os gastos públicos por 20 anos. Num cenário de total desmonte

do setor público, a terceirização será justificada ou tolerada pela administração pública, seja como um “mal necessário” ou como uma ferramenta válida de redução do tamanho e do papel do Estado.

A incorporação no setor público da terceirização de atividades na área-meio é um grave ataque ao funcionamento da máquina pública e precariza a prestação de serviços de qualidade, principalmente aos mais necessitados. É inaceitável trazer para administração pública os aspectos precarizantes das relações de trabalho como o descumprimento de direitos trabalhistas, rotatividade, assédio moral e sexual, abuso de poder, coação para abrir mão de direitos como forma de manter o

posto de trabalho, etc. É admitir que a administração pública concorda com a retirada de direitos trabalhistas, coadunando com os que defendem o fim da Consolidação das Leis Trabalhistas, rasgando a Constituição Federal.

É esperado que um governo, cujo programa não foi legitimado pelas urnas, estando a serviços de interesses dos blocos econômicos nacionais e internacionais, movimente toda sua base de apoio no Congresso Nacional para aprovar as Reformas Trabalhista e Previdenciária logo após sancionar a terceirização irrestrita. A desregulamentação dos direitos trabalhistas no Brasil

serve apenas aos interesses da economia internacional, num processo de neocolonização moderna, expropriando tudo o que foi conquistado com o esforço e o sacrifício dos nossos trabalhadores.

A nefasta combinação da terceirização irrestrita com as Reformas Trabalhista e Previdenciária põe fim a todos os direitos conquistados com a luta das gerações passadas e a perda de um patrimônio que deveria ser passado para gerações futuras. É preciso ir às ruas para barrar tamanho ataque aos direitos como trabalhadores, mas também como cidadãos que somos. **Nenhum direito a menos!**

Contraponto

SISEJUFÉ: Filiado à FENAJUFÉ
SEDE: Av. Presidente Vargas 509/11º andar
 Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP 20071-003
TEL./FAX: (21) 2215-2443
PORTAL: <http://sisejufe.org.br>
ENDEREÇO: imprensa@sisejufe.org.br

DIRETORIA: Adriana Aparecida P. Tangerino, Adriano Nunes dos Santos, Alexandre G. dos Santos, Amadenison V. Ramos, Amaro das G. Faustino, Ângelo Henrique V. da Rocha, Cláudio Vieira de Amorim, Dulavim de O. Lima Junior, Edson Mouta Vasconcelos, Eliana P. Campos, Fábio Filardi da Silva, Fernanda Estevão Picorelli, Fernanda Lauria, Helena Guimarães Cruz, Joel Lima de Farias, Jorge Luiz F. de Queiroz, José Fonseca dos Santos, Jovelina Alves da Silva, Leonardo M. Peres, Lucena P. Martins, Lucilene L. Araújo de Jesus, Luís Amauri P. de Souza, Marcelo Costa Neres, Mariana Ornelas de A. G. Liria, Mário César P. D. Gonçalves, Maristela de Souza Vicente, Mauro Nilson F. dos Santos, Neli da Costa Rosa, Olker G. Pestana, Ricardo de A. Soares, Ricardo Quiroga Vinhas, Ricardo S. Valverde, Ronaldo Almeida das Virgens, Sidnei Barbosa Seixas, Sonia Regina Rezende (*in memoriam*), Soraia G. Marca, Valter N. Alves, Williams F. de Alvarenga

ASSESSORIA POLÍTICA: Vera Miranda

EDIÇÃO: Cristiane Vianna Amaral (MTE/RS 8685)

REDAÇÃO: Max Leone (MTE RJ/19002/JP) – Cristiane Vianna Amaral (MTE/RS 8685) – Aline Souza

DIAGRAMAÇÃO: Deisedóris de Carvalho – **CHARGE:** Latuff – **CONSELHO EDITORIAL:** Ricardo Quiroga Vinhas, Max Leone, Valter Nogueira Alves e Vera Miranda
IMPRESSÃO: Gráfica Mec Editora Ltda. Tiragem: 7.300

Servidores ocupam Brasília contra as reformas Previdenciária e Trabalhista

Mobilização

Esforços estão voltados para tornar o dia 24 de maio um marco contra o governo

Max Leone e Cristiane Amaral*

Trabalhadores dos setores público, privado e rural, entre eles o funcionalismo do Judiciário Federal, em conjunto com movimentos sindicais, sociais e culturais vão ocupar Brasília no dia 24 de maio. O objetivo é deixar claro ao governo Temer que as reformas Previdenciária e a Trabalhista terão forte resistência da sociedade para serem aprovadas no Congresso Nacional. Este dia será decisivo para barrar as reformas (a PEC 287, da Previdência, segue para plenário da Câmara, após ser aprovada por uma comissão especial; e o PLC 38, que altera a CLT) que tanto prejudicam a classe trabalhadora brasileira.

Seguindo orientação das centrais sindicais, diversas entidades representativas dos trabalhadores, inclusive o Sisejufe, estarão presentes na capital federal reforçando a luta contra toda e qualquer proposta de retirada de direitos dos trabalhadores. As organizações sindicais e sociais vão intensificar a mobilização já demonstrada durante a Greve Geral que parou diversas cidades do país no dia 28 de abril. No Rio, a adesão dos servidores do Judiciário Federal ao movimento organizado pelo sindicato foi significativa, com atos, paralisações e manifestações em diversos Foros da capital e do interior do estado.

A retomada e o fortalecimento da mobilização após a Greve Geral de abril começou na semana entre os dias 8 e 12 de maio com representantes de diversas categorias marcando presença em Brasília, mais especificamente na Câmara dos Deputados e no Senado. Várias comitivas de dirigentes, dentre elas, representantes do Sisejufe e de servidores do Judiciário no Rio, permaneceram no Congresso para pressionar os deputados e senadores a votarem contra as reformas propostas pelo governo Temer. Houve também



Caravanas do Sisejufe estão no Congresso para pressionar os parlamentares

atividades nas bases eleitorais para conscientizar os parlamentares que ao votar a favor da PEC 287 estarão afetando a maioria esmagadora da população brasileira, que perderá seus direitos.

Incansáveis, diretores do Sisejufe percorreram gabinete após gabinete para pressionar os parlamentares do Rio a votarem contra as reformas. Ao longo do mês de maio, comitivas com diretores do sindicato e representantes de base reforçaram o trabalho de corpo a corpo com os parlamentares fluminenses na Câmara dos Deputados para buscar apoio na luta contra a Reforma da Previdência.

Mesmo com as restrições de acesso impostas no dia 9 de maio, por exemplo, quando a Comissão Especial da Casa rejeitou nove dos 10 destaques apresentados à PEC 287, o grupo não se intimidou e conseguiu chegar aos gabinetes. A direção do Sisejufe e os servidores do Judiciário Federal do Rio fizeram a sua parte. Integram a delegação os diretores do Sisejufe José Fonseca, Lucena Pacheco, Lucilene Lima, Mariana Liria, Neli Rosa e Ronaldo das Virgens e os servidores Lucas Costa (TRE Volta Redonda) e Lucia Andreia Araújo (JF São João de Meriti), acompanhados pelos assessores Vera Miranda e Alexandre Marques.

Sisejufe participa de reunião para organizar grande mobilização nacional

Todos os esforços estão voltados para tornar o dia 24 de maio um grande dia de manifestação e marco na luta contra as reformas do governo Temer. A ideia é ocupar Brasília! Por conta disso, o Fórum Nacional dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe) orientou as entidades a ampliar a mobilização. Em reunião no dia 9 de maio, os representantes das entidades relataram as ações para a construção do movimento, em especial a Greve Geral do dia 28 de abril, avaliada positivamente por unanimidade.

Para o fórum, é extremamente necessário jogar peso na Marcha a Brasília do dia 24 de maio, com reforço também em ações con-

juntas nos estados, no período que antecede à ação. Ficou decidido que os parlamentares que votam pela retirada dos direitos dos trabalhadores precisam ser amplamente denunciados, bem como divulgada a lista dos maiores devedores da Previdência, nas mídias sociais e na imprensa. Visitas constantes aos gabinetes para convencer pelo voto contrário às reformas, pressão nos aeroportos, envio de e-mails e mensagens pelo WhatsApp, foram estratégias adotadas para mobilizar a população. “Todas as ferramentas disponíveis para pressionar devem ser utilizadas nesta hora decisiva”, ressaltou a assessora política do Sisejufe, Vera Miranda.

O Fórum orientou ainda a promoção de ações de mobilização

e paralisações no dia 24 de maio, com caravanas a Brasília. Também serão feitos pedidos de *habeas corpus* antecipados para garantir o acesso dos trabalhadores ao Congresso Nacional durante a votação, bem como a necessidade de se tirar o indicativo de data de uma nova Greve Geral. No dia 11 de maio, o ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), concedeu três pedidos de liminar para que seja garantido o acesso de cidadãos às dependências do Congresso durante as votações da Reforma da Previdência, para desespero do presidente da Casa, deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), que quer todo custo impedir a participação da sociedade nas galerias.



Sisejufe questiona aumento de jornada de trabalho no TRT do Rio

TRT Direção estuda medidas para revogar o Ato que não foi discutido com os servidores

A direção do Sisejufe é contra a medida arbitrária do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 1ª Região e por conta disso recorreu administrativamente contra a decisão que aumentou a jornada de trabalho dos servidores para oito horas.

Max Leone*

O presidente do sindicato, Valter Nogueira Alves, informou que a entidade recorrerá ao Órgão Especial do tribunal para questionar a publicação do Ato 55 da Presidência do TRT, que determina aos funcionários o cumprimento da jornada de oito horas diárias, com carga horária semanal de 40 horas. Um abaixo-assinado que colheu assinaturas dos servidores do tribunal será entregue à administração na sessão do Órgão Especial no dia 18 de maio. O dirigente afirmou que o Sisejufe também estuda medidas judiciais para barrar o aumento da jornada.

“Essa decisão é claro golpe e flagrante tentativa de retirada de direitos dos servidores do TRT. Não há nada que justifique o aumento da jornada para oito horas diárias. Por conta disso, vamos questioná-la inicialmente no Órgão Especial do TRT e se for necessário judicialmente”, declarou o presidente do Sisejufe.

Valter Nogueira Alves ressaltou ainda que a diretoria do sindicato buscará apoio de outras entidades ligadas à Justiça Trabalhista contra a determinação da Presidência do TRT. Segundo ele, serão contatadas a Comissão da Justiça do Trabalho da Ordem dos Advogados do Brasil Seccional do Rio (OAB/RJ), a Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho 1ª Região (Amatra-1), entre outras.

“A administração do tribunal não debateu o assunto com os servidores, advogados e magistrados. Foi uma postura autoritária e vamos contestá-la”, garantiu.

O presidente lembrou que a decisão vem na contramão da luta do sindicato que reivindica justamente a redução da jornada para seis horas. E que na maioria dos tribunais, incluindo o Tribunal Superior do Trabalho (TST) e o Supremo Tribunal Federal (STF), os servidores trabalham sete horas há anos.

“Os servidores serão punidos com esse aumento de jornada. Apesar de cumprirem pesadas e altíssimas metas de produtividade, impostas muitas vezes pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), e que têm subido exponencialmente, terão que se submeter a mais tempo de trabalho. Tudo isso sem uma contrapartida”, crítica o presidente.

O dirigente sindical ressaltou ainda que aumentar a jornada de trabalho não representa necessariamente que a produtividade também crescerá. Para o presidente, pelo contrário, a tendência é que os servidores fiquem expostos a doenças e que, por conta disso, saiam de licença médica e tenham quedas de produtividade.

“Tudo indica que o novo presidente do TRT terá uma das piores gestões que o tribunal já teve. Esperamos que os órgãos competentes acatem nossos argumentos e revoguem a medida que

aumentou a jornada”, afirmou Valter Nogueira Alves, ao se referir ao desembargador Fernando Antonio Zorzenon da Silva, atual presidente do Tribunal.

Além do aumento da jornada de trabalho dos servidores, o Ato dispõe sobre o horário de funcionamento de todas as unidades do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região e de atendimento ao público. O atendimento ao público será no período compreendido entre 10h e 17h. Já o funcionamento ocorrerá das 8h às 18h. Para o pessoal que ocupa cargo efetivo de analista judiciário, Área Apoio Especializado – Medicina – Clínica Médica, desde que não exerçam cargo em comissão ou função comissionada, a jornada será de quatro horas diárias, com carga horária semanal de 20 horas.



O presidente lembrou que a decisão vem na contramão da luta do sindicato que reivindica justamente a redução da jornada para seis horas há mais de 10 anos

*Da Redação

MANIFESTAÇÃO PELA REVOGAÇÃO DO ATO 55/2017 – TRT/RJ

18
MAIO
9h

E PELO DIREITO DE REALIZAR 7 HORAS ININTERRUPTAS

Local: TRT Antônio Carlos – Auditório do 4º andar

Sindicato comprova que aumento da jornada é injustificável

TRT 1ª Região é uma das mais produtivas do país

Max Leone*

A direção do Sisejufe defende que não há razões para aumentar a jornada de trabalho no TRT da 1ª Região pelo fato do Tribunal, apesar de vários problemas, apresentar bom desempenho na prestação de serviço e cumprimento de metas na maioria das vezes absurdas. Em primeiro lugar, na avaliação do sindicato, a maioria dos tribunais mantém sete horas para os servidores. O próprio Tribunal Superior do Trabalho (TST) regulamentou a jornada de 35 horas semanais. O TRT-3 (MG) possui jornada de 36 horas semanais. Já o

TRT4 (RS), apesar da expansão do horário de atendimento, manteve a regulamentação da jornada de 35h para os servidores. Em São Paulo, o TRT2 adotou 40 horas semanais com o horário de almoço incluído dentro das oito horas diárias, ou seja, são sete horas de trabalho mais uma hora de almoço. O TRT5 (Bahia) adotou jornada de 35 horas.

Levantamento feito pelo Sisejufe, com base no documento Justiça em Números 2016, mostra que o TRT do Rio está na terceira colocação na série histórica do ranking de classificação dos tribunais de 2010 a 2017 em termos de produção, levanto e conta a jornada de trabalho atual.

O TRT2 e o TRT 15, que são os dois primeiros colocados na série histórica, também apresentam comportamento estável no ranqueamento e na classificação, baseados em tamanho, volume de processos e produtividade, mesmo adotando regulamentação de jornada diferentes.

A direção do Sisejufe lembra que tanto o TRT3 e o TRT4 têm jornadas de 35 horas. O TRT4 faz pausas durante o trabalho para prevenir que servidores fiquem doentes.

Quarto colocado em produtividade

O levantamento também mostra que atualmente o TRT1 possui um bom índice de pro-

ductividade. O IPC- Jus da Justiça do Trabalho, que é a média global, fica em 80,6%. O IPC- Jus do TRT1 é de 79,2%. O tribunal do Rio está em quarto colocado no ranking. Já o indicador do 1º Grau do TRT 1 bate em 100% de produção, muito superior à média nacional que é de 83,7%. Só três tribunais no país alcançaram essa meta. Comparativamente, TRT3 com IPC-Jus de 88%, adota jornada de 35h com pausas. O IPC-Jus do TRT2 é de 100% com jornada de 40h com almoço incluído nas 8h diárias. O indicador do TRT 1 em 1º grau é de 100%.

No caso dos servidores, a medição de produção releva que no TRT1 a produtividade dos

servidores é de 100%, apesar da taxa de congestionamento de 60%. O índice de eficiência é considerado satisfatório já que os servidores baixaram o volume de processos mesmo com dificuldades quanto a recursos. A maioria dos grandes e médios tribunais também enfrentam taxas de congestionamentos muito próximas.

Levando em conta o IPM- Jus (produtividade dos magistrados), o indicador é comparativamente similar ao da produtividade dos servidores, inclusive no quesito congestionamento processual. O IPC- Jus do TRT 1 na área judiciária é o 2º maior do país, considerando o fortalecimento e a priorização do 1º grau.

Mais um ato se opõe aos ataques contra a JT

Cristiane Vianna Amaral

Servidores do TRT, diretores do Sisejufe e representantes de entidades como OAB, Adics, Amatra-1), Sindicato dos Advogados do Rio de Janeiro, Senasempu), Acat, entras se mantêm na defesa intransigente da Justiça do Trabalho que sofre ataques do governo Temer. Em 26 de abril, a entrada do TRT da Rua Lavradio ficou lotada durante mais um ato contra os ataques e valorização da JT. Os manifestantes criticaram duramente o Congresso Nacional, tendo como figura central o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, e uma parcela do próprio Judiciário, que promovem campanha pelo desmonte dos direitos dos trabalhadores e a extinção da Justiça Trabalhista.

Na ocasião, o diretor do Sisejufe Ricardo Quiroga defendeu que a mobilização dos servidores do TRT. “A Justiça



do Trabalho está sofrendo um ataque direto porque incomoda os poderosos”, afirmou. Para o dirigente sindical, as medidas vêm um governo ilegítimo, pois as antirreformas propostas pelo Executivo jamais passariam pelo crivo das urnas.

A ideia foi reforçada pelo também diretor do Sisejufe Amauri Pinheiro, que está preocupado com o legado deixado para as gerações futuras, que podem ficar sem direitos trabalhistas. Os diretores Ronaldo das Virgens,

representando a Fenajufe, e Lucena Martins e o representante de base do Departamento de Aposentados Francisco de Souza também participaram da manifestação.

O corregedor do TRT do Rio José Nascimento afirmou que o que está sendo chamado de Reforma Trabalhista pelo governo Temer é na verdade o desmonte da Justiça do Trabalho, pois promoveria mudanças “na coluna vertebral do Direito do Trabalho no país”. Segundo ele a proposta que tramita no

Congresso coloca os trabalhadores em “um regime análogo à escravidão permitindo, por exemplo que lactantes trabalhem em locais insalubres. E para reverter o quadro, ele defendeu a mobilização contra o governo Temer e seus aliados.

Nascimento citou que há inimigos dentro do próprio Judiciário: o ministro Gilmar Mendes, que ele classificou como “a vanguarda do PSDB na Justiça Eleitoral” e o presidente do Conselho Superior da Justiça do Trabalho

[CSJT], ministro Ives Gandra, que solicitou a retirada de projetos que beneficiavam a própria Justiça do Trabalho da pauta da Câmara dos Deputados. “Nosso inimigo não é só o capital rentista.” Ao final da manifestação, foi lida uma Nota Pública pelo Movimento em Defesa da Existência e Valorização da Justiça do Trabalho.

*Da Redação

Servidores do Judiciário Federal

Mobilização

Mobilização massiva em vários Tribunais mostra insatisfação dos servidores com

A movimentação começou cedo nas portas de vários tribunais do Judiciário Federal no Rio no dia 28 de abril. Diretores do Sisejufe, servidores e ativistas sindicais organizavam a infraestrutura para a Greve Geral contra as Reformas da Previdência e Trabalhista propostas pelo governo Temer. Cartazes de “Estamos em Greve” e balões de gás pretos indicavam que a paralisação estava começando. No Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da Rua do Lavradio, por exemplo, servidores de diversas Varas do Trabalho, suspenderam as suas atividades de atendimento ao público. Funcionários de outros setores do tribunal, inclusive de São Gonçalo, também marcaram presença em frente ao prédio de Lavradio.

“A greve de hoje não é só um sacrifício de um dia. É uma luta vislumbrando o futuro difícil para os trabalhadores, caso as reformas desse governo golpista sejam aprovadas pelo Congresso e entrem em vigor”, alertou Ricardo Quiroga, diretor do Sisejufe.

Nem a chuva fina e o frio foram capazes de esmorecer a participação dos servidores. Diversas vias e meios de transporte foram bloqueados pelos trabalhadores desde as primeiras horas do dia. Na Avenida Rio Branco, servidores se reuniram em frente à sede da Justiça Federal em paralisação.

De acordo com o presidente do Sisejufe, Valter Nogueira Alves, a Reforma da Previdência dificilmente será aprovada em virtude das mobilizações contrárias e o apoio de vários setores da sociedade, como a Igreja Católica, por exemplo. “É muito baixa a aprovação popular do governo federal e a pressão das ruas está sendo refletida no Congresso, ainda que pequena. Eu tenho esperança na nossa vitória”, disse ele.

Valter se referia a dados da última pesquisa da Ipsos, que aponta uma rejeição de 87% da população ao governo de



Michael Temer. A Ipsos, que faz esse monitoramento mensalmente, ouviu 1.200 pessoas em 72 municípios entre 1º e 12 de abril. O levantamento mostra que Temer é o político mais rejeitado do Brasil, ao lado do deputado cassado e preso acusado de corrupção Eduardo Cunha (PMDB-RJ).

No TRE Sede e nas zonas as atividades foram paralisadas

Já na sede do Tribunal Regional Eleitoral do Rio (TRE), na Avenida Presidente Wilson, a diretora do Sisejufe Fernanda Lauria convocou seus colegas para a greve e discursou sobre a grave situação da retirada de direitos e como todos os servidores, e principalmente as mulheres trabalhadoras serão prejudicadas. “Essa proposta de Reforma da Previdência fará com que as pessoas morram trabalhando sem se aposentar, não podemos admitir. Temos que nos mobilizar para impedir a aprovação da PEC287”, bradou ela. Até o início da tarde, 76 zonas eleitorais tinham aderido à paralisação.

Para a servidora Eulália Pereira Paredes, 47 anos, é triste perceber o nível de manipulação da mídia para a população. “A imprensa está conduzindo as pessoas para acreditar que essa Greve Geral é coisa do PT e do Lula, além de passar a imagem de que nós,

servidores, somos vagabundos e os vilões da pátria”, lamentou ela que ainda se disse indignada, pois estudou e trabalhou duro toda uma vida, inclusive finais de semana para passar no concurso público. “O governo quer nos tirar a possibilidade de envelhecer dignamente com a Reforma da Previdência”, criticou.

Na Justiça Federal da Almirante Barroso, os diretores do Sisejufe Ricardo de Azevedo Soares e Dulavim Lima Junior ressaltaram a importância da participação popular e dos trabalhadores na Greve Geral contra as reformas. “Você que está passando pela rua e não entende o que está acontecendo, vou te explicar, você terá que trabalhar até morrer para se aposentar. Principalmente aqueles trabalhadores mais humildes como o pessoal da área rural”, afirmou Dulavim.

No TRF da Dom Gerardo todos os balcões foram fechados. Na Venezuela, os trabalhadores ficaram na porta de entrada. A diretora do Sisejufe Lucena Martins chegou cedo para mobilizar os colegas da Justiça Federal. “Estamos aqui para manter os direitos duramente conquistados ao longo dos anos e que estão sendo ameaçados por esse governo ilegítimo por meio do desmonte da Previdência e da Reforma Trabalhista”, bradou.

Servidores bloqueiam entrada do TRF

A entrada do TRF Sede foi bloqueada com balões pretos e contou com a participação de mais de 120 servidores. “Esse governo temeroso quer entregar o país ao capital estrangeiro”, alertava o diretor do Sisejufe Ronaldo das Virgens. A Reforma da Previdência beneficia principalmente o setor bancário internacional que vê no Brasil um mercado para expandir seus negócios de previdência privada. Ele denunciou que no TRE, os ventos da terceirização já estão chegando: uma resolução está chamando os trabalhadores de atendentes e não mais de servidores. “E logo isso vai chegar aqui também”, destacou Ronaldo.

Para o diretor do Sisejufe Edson Mouta se não houver mobi-

lização, se o direito “sagrado” à aposentadoria for retirado, o próximo passo será atacar a estabilidade. “Esse governo quer crucificar o povo e o primeiro a ser pregado será o servidor.”

É a primeira vez que a servidora Ursula Hartalian Lautert participa de um dia inteiro de greve. “Essas reformas são terríveis, um retrocesso enorme. “Os direitos mais básicos do trabalhador estão sendo usurpados.” Ela teme pelos efeitos das mudanças propostas, principalmente em 20 anos, quando a falta de saúde, previdência e direitos trabalhistas serão sentidos pela população.

Os servidores saíram em caminhada do TRF pela avenida Rio Branco até a Cinelândia, onde estava marcado o Ato Unificado convocado pelas centrais sindicais.



Federal aderem à Greve Geral

As reformas propostas. Sindicato repudia violência policial

A Greve Geral do dia 28 de abril foi uma demonstração da indignação dos servidores com as políticas do governo Temer. A direção do Sisejufe estima que, em alguns prédios, como na sede do TRF e na Rio Branco, a adesão chegou a 60%. No TRF da Dom Gerardo, todos os balcões foram fechados e o mesmo ocorreu em um terço das zonas eleitorais. A resistência também foi vista no interior, como em Niterói, São Gonçalo e Cabo Frio.

Na caminhada, os servidores do Judiciário Federal e de outras categorias se encontraram com funcionários da iniciativa privada, como os mototaxistas, e com militantes do movimento social, o que demonstrava a diversidade e a amplitude da manifestação. “A minha luta é a luta do outro. Ali, podíamos sentir que fazemos parte da classe trabalhadora”, declarou a diretora do Sisejufe Mariana Liria.

Vendo a unanimidade de diferentes setores contra o governo Temer, Mariana lembrou do Brasil de 1968. “Momentos depois, me sentiria novamente na década de 60, só que dessa vez, pela repressão da polícia contra os manifestantes.”

Polícia joga bombas e encurrala manifestantes

Os servidores tinham acabado de chegar à Cinelândia quando começaram os ataques aos trabalhadores e estudantes que estavam no local pacificamente. A diretora do Sisejufe Soraia Marca e outros colegas ouviam



Greve Geral também tomou de São Gonçalo (foto), Niterói e Cabo Frio

as manifestações do palanque instalado em frente à Câmara de Vereadores quando foram atacados por trás com bombas de gás lacrimogêneo. “Não havia nenhuma motivação para fazer isso; as pessoas começaram a passar mal e dispersaram. É mais uma atitude arbitrária da polícia do Rio de Janeiro”, lamentou.

A deputada federal Jandira Feghali (PCdoB-RJ) estava falando quando a primeira bomba caiu próxima ao palco e interrompeu o ato. A polícia cercou os manifestantes por todos os lados da Cinelândia, que se refugiaram nos bares e prédios do entorno. Houve um primeiro momento de calma no local, enquanto ônibus eram incendiados próximos ao Passeio.

“Fomos nos reagrupando aos poucos e a Cinelândia encheu de novo! Muita gente com os rostos brancos pelo leite de magnésia, que alivia os efeitos do gás lacrimogêneo. Após o reparo do som do palco, o ato foi reiniciado”, contou a diretora do Sisejufe Fernanda Lauria. Aconteceu então o momento de maior tensão: a PM atirou contra o deputado estadual Flávio Serafini (PSol) uma bomba de gás lacrimogêneo enquanto o parlamentar discursava no palanque. “Esse segundo ataque foi pior que o primeiro. O choque nos perseguiu pelas ruas do entorno da Cinelândia e nos encurralou no Largo da Carioca. Vieram de três lados diferentes. Ficamos cercados. Eram bombas vindas de tudo que é lado. Dessa vez eles trataram de garantir que nós não conseguiríamos nos

reagrupar de novo e além de nos perseguir pelas ruas, colocaram a PM montada na Cinelândia para impedir nosso retorno. Não dá mais para ignorar que vivemos em um estado de exceção”, declarou.

O diretor do Sisejufe Mário Cesar Pacheco chegou à Cinelândia quando o ato havia reiniciado. Ele lembra que não acreditou quando a polícia começou a atirar contra as pessoas que estavam ali pacificamente, inclusive mulheres e crianças. “A truculência foi desproporcional. Temi pela minha integridade física.” Encurralados, os manifestantes que chegaram ao Largo da Carioca tentaram se abrigar no Metrô, que logo foi fechado.

“Ficamos lá dentro fazendo um movimento para que deixassem o povo entrar, até conseguirmos que a administração abrisse uma das entradas.”

Servidores que trabalham no centro sofreram para chegar em casa

Para o servidor Alexandre Magno, quem foi à Cinelândia na sexta-feira teve uma demonstração de como o Estado é violento quando se trata de retirar direitos conquistados na luta pela classe trabalhadora. “Essa violência, que é cotidiana nos bairros populares, agora apareceu na defesa direta dos interesses do capital nas reformas e contra a unidade que as

diversas categorias de trabalhadores demonstramos nesse dia histórico”, refletiu. Ele acredita que é preciso responder com mais organização e empenho para barrar nas ruas qualquer retrocesso, usando de todos os meios possíveis para resistir “e fazer avançar a nossa posição nessa batalha”.

Servidores foram colocados em risco

A região central virou uma praça de guerra. Com o cerco de repressão, trabalhadores e estudantes, inclusive crianças, que voltavam para casa, foram atacados.

O Sisejufe, tendo em vista os transtornos de transporte e a própria violência policial que já tinha ocorrido em atos anteriores, pediu a suspensão do expediente nos tribunais, o que foi negado. Os servidores que haviam ficado no plantão, foram colocados em risco, pois a polícia fez perseguições indiscriminadamente, entradas de metrô foram fechadas e ônibus foram queimados.

*Da Redação

1º de Maio: Servidores protestam contra as reformas e a repressão policial

Motivados pela participação na Greve Geral e no ato de 28 de abril, servidores e diretores do Sisejufe engrossaram os protestos do Dia Primeiro de Maio contra as reformas da Previdência e Trabalhista e principalmente em repúdio à violência policial em repressão à manifestação. Servidores dos vários tribunais federais do estado marcaram presença ao atender à convocação das centrais sindicais para mais um ato na Cinelândia.

“O saldo foi bastante positivo, tanto em relação à parti-



ciação dos trabalhadores em geral quanto à presença de servidores do Judiciário Federal”, afirmou Fernanda Lauria.

A praça ficou lotada e a cada momento chegavam mais manifestantes, pelo acesso do metrô e a pé. Muitos carregavam faixas, cartazes e bandeiras de centrais

sindicais, de partidos de esquerda e de movimentos sociais. Também havia muita gente sem identificação partidária, famílias, pais com crianças e idosos. Todos com o mesmo intuito: protestar contra a forte repressão policial aos atos no dia da paralisação nacional.



Comissão de servidores da Justiça Eleitoral vai combater rezoneamento e terceirização

TRE

Participantes do Encontro Nacional da Fenajufe decidem como enfrentar as iniciativas do TSE

Aline Souza e Max Leone*

26 de abril.

Sobre o Rezoneamento

Os servidores da Justiça Eleitoral vão adotar estratégias de ação para combater medidas definidas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que afetam diretamente o funcionalismo como a implantação do rezoneamento nas capitais e no interior, além da terceirização de serviços nos cartórios eleitorais. Em 6 de maio foi realizado, em Brasília, o Encontro Nacional da Fenajufe com Servidores da Justiça Eleitoral, que contou também com a análise dos advogados da Assessoria Jurídica Nacional (AJN) sobre as resoluções do tribunal. O primeiro passo para combater as iniciativas do TSE foi a criação de uma comissão provisória aprovada pelos participantes do encontro.

O objetivo da comissão, que será formada por dois representantes por região do país (titular e suplente), é interferir ao máximo nas propostas do TSE a fim de diminuir os danos para os servidores. Foi deliberado também que a comissão vai elaborar documentos, estabelecer estratégias de ação junto ao tribunal, solicitar participação nas discussões sobre o rezoneamento no interior e, sendo ele inevitável, interferir no processo para diminuir o impacto nos estados.

A delegação fluminense foi composta pelas dirigentes Fernanda Lauria e Jovelina Alves, além dos servidores Deise Azevedo, Alexander Ruas, Daniel Paiva, Gustavo Franco e Leonardo Couto, todos eleitos delegados ou observadores durante a reunião realizada no Sisejufe dia

De acordo com os juristas presentes ao encontro da Fenajufe, a extinção de centenas de zonas eleitorais pode acarretar na sobrecarga de trabalho para os servidores. Também há uma preocupação com a possível ineficiência da prestação dos serviços. Os advogados consideram muito difícil conseguir impedir o rezoneamento judicialmente, seja no Supremo Tribunal Federal (STF), seja na primeira instância. Da mesma maneira, eles acreditam ser também difícil obter sucesso junto ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), tendo em vista a composição do órgão. A avaliação é de que uma atuação com os Tribunais Regionais Eleitorais (TREs) poderia trazer algum resultado, impedindo o rezoneamento no interior.

Fernanda Lauria, diretora do Sisejufe, informou quais foram as medidas que o sindicato adotou para impedir o cumprimento, pelo TRE-RJ, da determinação de extinção de 48 zonas eleitorais da capital fluminense. Uma delas foi o Mandado de Segurança alegando violação à competência privativa dos Regionais para criação/extinção de zonas eleitorais e violação à autonomia administrativa. “Além do Mandado de Segurança, atuamos junto à administração para impedir o rezoneamento, no entanto, quando tiveram início os procedimentos, incluímos os servidores nas discussões e na definição dos critérios, na tentativa de evitar que as deliberações viessem de cima para baixo”, afirmou. A tática adotada pelo Sisejufe foi aprovada pelos advogados presentes ao evento.

Outros estados do Brasil demonstraram solidariedade para



Comissão provisória formada por representantes de cada estado se tornará definitiva no próximo encontro

com o caso do Rio, que é o grande afetado do rezoneamento. A preocupação geral é que os impactos da extinção de zonas eleitorais no interior serão ainda maiores do que na capital fluminense.

Sobre a Terceirização

A respeito da Resolução 23.518/2017, que altera a Resolução 23.234/17, os especialistas opinaram que a mudança abre totalmente as portas para a terceirização da área fim e permite terceirizar as atividades de apoio administrativo, inclusive aquelas necessárias à organização dos pleitos em ano eleitoral.

O fator mais grave, como explicaram os advogados, é que com a publicação da Resolução 23.518/17, foi flexibilizada uma vedação. “Se antes era totalmente proibida a contratação de atividades que constituam a missão institucional do Tribunal, agora a contratação de tais atividades passa a ser admitida nos serviços de natureza temporária”,

disseram na ocasião.

Outro ponto que ressaltaram foi a alteração, na Resolução 21.538/03, do termo SERVIDOR da Justiça Eleitoral para ATENDENTE da Justiça Eleitoral. Para os advogados da AJN, o que está em jogo é o fim do concurso público na Justiça Eleitoral. “Durante a reunião, o que pudemos avaliar é que a publicação da Resolução 23.518/17 (terceirização), imediatamente após a publicação da Resolução 23.512/17 (rezoneamento), não é mera coincidência”, afirmou Lauria.

Alguns servidores presentes também se pronunciaram. Embora sejam contrários à terceirização estabelecida pelo TSE, eles avaliam como necessária a contratação de terceirizados apenas para a realização da biometria. No entanto, para a diretoria do Sisejufe isso é muito preocupante. Fernanda Lauria enfatizou que não devemos aceitar tal situação. “Isso é tudo que o TSE quer. Na verdade, eles estão contando com isso, pois

sabem o quanto o servidor da Justiça Eleitoral é comprometido e se esforça para realizar seu trabalho da melhor forma possível. Não devemos engolir a desculpa da biometria e aceitar que a porta da terceirização da área fim permaneça aberta! Que a biometria seja feita por nós, servidores do quadro. Nem que para isso demore muito tempo”, sinalizou Fernanda.

Próxima agenda

Uma nova reunião foi previamente marcada para acontecer na primeira semana do mês de julho, quando um novo encontro nacional será realizado com duração de dois dias.

Durante esse novo encontro, a comissão deixará de ser provisória e se tornará definitiva, podendo ser escolhidos outros nomes pelos estados. Será criado também o Núcleo da Justiça Eleitoral da Fenajufe.

*Da Redação

Composição da Comissão Fenajufe

• Região Sudeste

Fernanda Lauria/RJ (titular) e Alexandre Abreu/MG (suplente)

• Região Sul

Edson Borowski/RS (titular)

e Sueli Bissi/PR (suplente)

• Região Nordeste

Klaus Vilas Boas/RN (titular) e Rayssa Rodrigues/PE (suplente)

• Região Norte

Uilton Franca/TO (titular) e Ruy Wanderley/AM (suplente)

• Região Centro-Oeste

Ricardo Marques/GO (titular) e [a escolher suplente]

Sindicato trabalha contra o rezoneamento imposto pelo TSE

TRE Prazo para implantação é curto e o limite é até 31 de julho

Sob a premissa de aprimorar o trabalho e economizar gastos com as zonas eleitorais, o TSE publicou no dia 23 de março de 2017 a Resolução TSE nº 23.512, modificando os critérios para a criação de zonas eleitorais e os parâmetros para distribuição de eleitores por zona eleitoral. Pela Resolução, a começar pelas capitais dos estados, cada zona eleitoral terá no mínimo 100 mil e no máximo 200 mil eleitores. Na forma de Ato contínuo, foi publicada no dia seguinte a Portaria TSE nº 207/17, que determina a adequação aos novos critérios das zonas eleitorais já existentes, o que provoca a extinção de 48 zonas eleitorais da capital do Rio de Janeiro em prazo absurdamente curto.

É preciso ressaltar que casos como o do Rio de Janeiro devem ser tratados com extremo cuidado, tendo em vista o número expressivo de zonas eleitorais a serem extintas no estado, e em especial na capital, onde a extinção equivale à metade do número que existe hoje (97). Tudo isso em um prazo de apenas 30 dias para planejamento e mais 30 dias para execução.

Desde então, o Sisejufe trabalha para impedir os efeitos nocivos do rezoneamento na tentativa de mitigar o impacto que ele terá na vida dos colegas. Foram realizadas reuniões com servidores dos cartórios eleitorais nos dias 29 de março e 5 de abril para debater e definir as ações contra o rezoneamento. Caso fosse inevitável a implantação, também foram definidos critérios de lotação e ocupação das funções para serem apresentados à Administração. Todo esse trabalho teve como objetivo garantir que os servidores participassem do processo e fossem ouvidos, evitando que as definições fossem estabelecidas verticalmente.

Uma comissão foi criada pela administração para planejam-

to e agora acompanha todo o processo. O Sisejufe reivindicou a participação de representantes dos servidores dos cartórios eleitorais e também do sindicato para garantir o diálogo e levar as reivindicações dos principais atingidos pelo rezoneamento, que são os servidores lotados nas zonas eleitorais. Foi apresentado um documento formal ao Tribunal com as deliberações dos servidores quanto ao tema. O TRE atendeu a reivindicação do Sisejufe e abriu espaço para a participação na equipe de projeto do rezoneamento.

A diretora do sindicato Fernanda Lauria, que integrou a citada comissão juntamente com o servidor de Cartório Eleitoral eleito, Pablo Barros, explica que “existe uma complexidade para implementar esse tipo de projeto numa cidade como o Rio de Janeiro, são um total de 400 servidores da capital que serão mexidos ou transferidos, terão suas vidas alteradas e mesmo nos locais onde não serão agrupados, eles terão nova chefia escolhida sob novos critérios”, disse.

A conquista do prazo

O Sisejufe realizou diversas ações na luta para conquistar a ampliação do prazo. No dia 07 de abril as diretoras Fernanda Lauria e Adriana Tangerino, juntamente com o servidor Lucas Ferreira Costa e o representante de base João Mac-Cormick, realizaram reuniões no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) com a Secretária de Gestão de Pessoas, Adaíres Lima, acompanhada do Coordenador Técnico-Jurídico, Eduardo Scozziero, e, em seguida, com a Coordenadora de Assuntos Judiciários da Corregedoria-Geral da Justiça Eleitoral, Márcia Magliano Pontes. Nas duas reuniões foi possível perceber a receptividade ao tema e a sensibilidade quanto à urgência na revisão dos prazos



O número de zonas eleitorais a serem extintas na capital fluminense equivalem à metade do número existente hoje

determinados pela Portaria TSE nº 207/17.

Em reunião no dia 10 de abril com a presidente do TRE-RJ, desembargadora Jacqueline Lima Montenegro, o sindicato informou que estava atuando em duas frentes de trabalho: a primeira focada em impedir o rezoneamento e a segunda, diante da dificuldade para alcançar esse objetivo e estender o prazo delimitado, focada em diminuir seus impactos. No dia 17 de abril, Fernanda Lauria e o servidor Lucas Ferreira Costa, estiveram reunidos com o diretor-geral do Tribunal Superior, Maurício Caldas. Na ocasião, o sindicato conseguiu prorrogar até o final do ano o prazo para realizar o rezoneamento na capital fluminense. A dilação foi comunicada à Presidência do TRE-RJ pelo próprio TSE e a equipe do projeto de rezoneamento começou a mudar a proposta para adequá-la ao novo prazo. Em 25 de abril, foi publicada a Resolução TRE-RJ nº 982/2017, estabelecendo a gradual finalização do rezoneamento até o dia 30 de setembro.

No entanto, após todas as conquistas citadas, o presidente

do TSE, ministro Gilmar Mendes, aparentemente mudou de ideia e determinou que o TRE-RJ conclua o rezoneamento na capital até o dia 31 de julho. “O prazo originalmente estabelecido permitia que o remanejamento fosse feito com base em um aprofundado estudo sobre a gestão de pessoas, a segurança de servidores e eleitores e o acesso à Justiça. No entanto, esse prazo foi negado e encurtado em dois meses”, lamenta Fernanda.

Próximos passos

O Sisejufe entende que sem estudos aprofundados é impossível realizar ações efetivas para enfrentar questões como a dificuldade de relacionamento entre servidores; problemas advindos da segurança na cidade, principalmente nos casos de possível agrupamento de zonas eleitorais responsáveis por facções criminosas rivais; dificuldades de acesso à Justiça Eleitoral por parte dos eleitores mais humildes, entre outros.

Em acordo com o resultado das reuniões com os servi-

dores, o sindicato impetrou Mandado de Segurança que aponta a violação à competência privativa dos Regionais para criação/extinção de zonas eleitorais e violação à autonomia administrativa, com pedido de liminar suspendendo o remanejamento. Indeferida a liminar, o Sisejufe interpôs agravo, que ainda está pendente de decisão. O Mandado de Segurança e o agravo estão na pauta da reunião plenário do TRE no dia 15 de maio.

No último 6 de maio, aconteceu em Brasília o Encontro da Fenajufe com Servidores da Justiça Eleitoral. Entre outras deliberações, foi escolhida uma comissão provisória com dois representantes por região do país – um titular e um suplente – para atuar junto ao TSE, elaborar documentos, estabelecer estratégias de ação, requerer participação da comissão nas discussões acerca do rezoneamento no interior e, sendo este inevitável, interferir no processo para diminuir os danos nos estados. A enviada pelo Sisejufe, Fernanda Lauria, foi escolhida como representante titular da região Sudeste.

Diretoria do Sisejufe se reúne com presidente do Tribunal Regional Federal

TRF Encontro debateu situação de servidora que foi removida durante férias entre outros temas

Aline Souza

A diretoria do Sisejufe foi recebida pelo desembargador federal André Fontes, presidente do TRF 2 (Tribunal Regional Federal) para tratar as pautas encaminhadas pelo Sindicato para a categoria. O presidente do Sisejufe, Valter Nogueira Alves, iniciou a reunião abordando o caso da servidora Patrícia Portugal, que foi removida de ofício do quadro do TRF 2 para a Justiça Federal da Primeira Instância durante suas férias sem o seu consentimento. Tal situação levou a servidora a um processo de estresse e adoecimento acarretando seu afastamento para tratamento médico. O caso já havia sido relatado anteriormente ao presidente do Tribunal, desembargador André Fontes, durante a primeira reunião em que ele recebeu o presidente do Sisejufe.

Neste último encontro, que ocorreu no dia 27 de abril, ele se comprometeu a rever o ato de remoção e criticou duramente a forma como a servidora foi tratada. “Permuta é ato que só pode ocorrer a pedido do servidor; ontem, ao despachar outro processo, verifiquei um caso semelhante que me recusei a referendar, solicitei então o aval expresso do servidor envolvido para só então deliberar”, explicou Andre Fontes.

Em encontro anterior, o presidente do TRF 2 solicitou a presença da servidora para pedir desculpas pessoalmente pelo ocorrido e buscar uma solução satisfatória. Patrícia compareceu à reunião e foi orientada pelo desembargador a buscar um local que tivesse uma vaga que fosse de seu interesse ser lotada.

Outros temas foram abordados, incluindo alguns objetos de processos que tramitam no Tribunal, como por exemplo, os pedidos de AQs (Adicional de Qualificação), com o objetivo de reconhecer todos os cursos de aperfeiçoamento e pós-graduação realizados pelos servidores, desde que comprovados.

Saúde é prioridade

A pauta da reunião continuou com a temática da saúde dos servidores, quando a diretora do Sisejufe Soraia Marca pontuou sobre a instauração de uma comissão multidisciplinar que visa proteção dos acidentes e doenças do trabalho, que atinge com frequência magistrados e servidores, como a Lesão por Esforço Repetitivo, por exemplo. Foi solicitada a participação do Sindicato na composição dos integrantes da comissão, que ao focar seu trabalho na prevenção de doenças, irá inclusive contribuir para a diminuição do índice de absenteísmo. A criação da comissão de saúde é orientada pelo Conselho Nacional de Justiça. Nesse sentido, o diretor do Sisejufe Dulavim de Oliveira lembrou a Resolução 230, que trata da questão da acessibilidade nos ambientes de trabalho dos servidores com deficiência, uma demanda que deve ser tratada com prioridade.

Também foi abordado o retorno do programa de combate ao estresse, algo bem recebido pelo desembargador e que agora será encaminhado via SGP – Secretaria de Gestão de Pessoas à presidência do Tribunal.

O presidente do TRF 2, que tomou posse do cargo no dia 7 de abril, lembrou que suas propostas de gestão para a presidência foram pautadas em duas temáticas: transparência



Valter Nogueira e membros da diretoria Sisejufe reunidos com desembargador André Fontes

e saúde. “Fui eleito pelos compromissos assumidos nesses âmbitos e vou levar a sério essas reivindicações, inclusive é bom lembrar que sou sindicalizado”, disse ele.

O diretor do Sisejufe Ronaldo das Virgens, que também é coordenador da Fenajufe, lembrou a importância do abono do ponto dos diretores do Sisejufe que realizam atividades sindicais. Esses profissionais precisam se ausentar do trabalho de rotina para tratar de demandas de interesse dos servidores, principalmente junto aos Tribunais Superiores em Brasília. A promessa é de apreciação do presidente do Tribunal.

A diretora do Sisejufe Mariana Liria, ao final da reunião, destacou a demanda da categoria por segurança para os oficiais de justiça, notadamente à normatização do cumprimento de mandados em área de risco. Considerando também, a atual situação de vulnerabilidade do oficial de justiça em diligência no estado do Rio de Janeiro, onde há altos índices de

violência e o agente trabalha individualmente sem qualquer equipamento de proteção, sem porte de arma, sem viatura e sem apoio institucional, além de não contar com um mapeamento das áreas de risco.

Ficou acertado entre o Sindicato e o Presidente André Fontes, que todas as reivindicações serão encaminhadas em separado e apreciadas em futuras reuniões. Participaram da reunião no TRF os diretores do Sisejufe Valter Nogueira Alves, Edson Mouta, Soraia Marca, Mariana Liria, Lucena Pacheco, Ronaldo das Virgens, Dulavim de Oliveira, Cláudio Amorim e a servidora Patrícia Portugal.

Boas vindas à nova diretoria do Foro

Na sequência, a diretoria do Sisejufe seguiu para um encontro com a nova Diretora do Foro, a recém-empossada juíza federal Helena Elias Pinto, primeira mulher a ocupar o cargo após 24 anos. Também esteve presente no encontro o juiz federal Walner de Almeida Pinto, vice-

-presidente da Associação dos Juizes Federais do Rio de Janeiro e Espírito Santo (Ajuferjes), bem como a secretária-geral, Patrícia Reis Longhi, a subsecretária de Gestão de Pessoas, Mônica Valéria de Carvalho Góes, o diretor de Segurança, Anderson Mouzinho Vieira e a responsável pela Comunicação Social, Maria do Socorro Branco.

Toda a diretoria do Sisejufe saúda as novas gestões e valoriza a iniciativa de receber o Sindicato logo no início de seus mandatos, comprovando a abertura de um diálogo amplo e aberto. De acordo com a juíza Helena Elias Pinto, o trabalho realizado pelo Sisejufe irá agregar muito a sua administração que teve início neste mês de abril. Para os diretores do Sindicato, “há esperança e boa expectativa a possibilidade de um trabalho conjunto com as novas gestões”, disseram. Nesta segunda reunião, estiveram presentes Valter Nogueira Alves, Mariana Liria e Dulavim de Oliveira.

Reforma da Previdência: conheça a posição política dos deputados do Rio

PEC 287

E pressione aqueles indecisos para que votem CONTRA

A favor



JÚLIO LOPES
PP-RJ



PAULO FEIJÓ
PR-RJ



SORAYA SANTOS
PMDB-RJ



WILSON BESERRA
PMDB-RJ

**ESSES PARLAMENTARES
SÃO INIMIGOS DO POVO**

Fonte: Placar Estadão da Previdência atualizado em 10 de maio 2017

Contra



ALESSANDRO MOLON
REDE



BENEDITA DA SILVA
PT-RJ



CABO DACIOLO
PTdoB-RJ



CHICO D'ANGELO
PT



CHICO ALENCAR
PSOL



EZEQUIEL TEIXEIRA
PTN-RJ



GLAUBER BRAGA
PSOL



HUGO LEAL
PSB-RJ



JANDIRA FEGHALI
PCdob



JAIR BOLSONARO
PSC-RJ



JEAN WYLLYS
PSOL



LAURA CARNEIRO
PMDB-RJ



LUIZ SÉRGIO
PT



MARCOS SOARES
DEM-RJ



MARCELO DELAROLI
PR-RJ



MIRO TEIXEIRA
REDE



SÓSTENES CAVALCANTE
DEM-RJ



WALNEY ROCHA
PEN-RJ



WANDERLEY ALVES
(DELEY) PTB-RJ



WADIH DAMOUS
PT

Reforma da Previdência: conheça a posição política dos deputados do Rio

Estes são os deputados que você deve pressionar ligando, enviando e-mail e mensagens pedindo o voto contra a PEC 287, pois eles já mudaram de opinião algumas vezes e ainda não decidiram seu voto.

Indecisos ou não quiseram responder



ALEXANDRE SERFIOTIS
PMDB-RJ



ALEXANDRE VALLE
PR-RJ



ALTINEU CÔRTEZ
PMDB-RJ



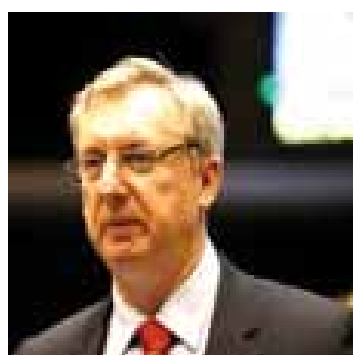
AROLDE DE OLIVEIRA
PSC-RJ



AUREO LIDIO
SD-RJ



CELSE JACOB
PMDB-RJ



CELSE PANSERA
PMDB-RJ



CRISTIANE BRASIL
PTB-RJ



DEJORGE PATRÍCIO
PRB-RJ



FELIPE BORNIER
PROS-RJ



FRANCISCO FLORIANO
DEM-RJ



LUIZ CARLOS RAMOS
PTN-RJ



MARCELO MATOS
PHS-RJ



MARCO ANTÔNIO CABRAL
PMDB-RJ



OTÁVIO LEITE
PSDB-RJ



PEDRO PAULO
PMDB-RJ



ROSANGELA GOMES
PRB-RJ



ROBERTO SALES
PRB-RJ



SERGIO ZVEITER
PMDB-RJ



SIMÃO SESSIN
PP-RJ



JOSÉ AUGUSTO NALIN
PMDB-RJ

Não vota



RODRIGO MAIA
DEM-RJ

Ferrenho defensor das propostas de reformas elaboradas pelo Governo Temer, o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ) está na lista de políticos acusados de corrupção pela Operação Lava Jato. O filho do ex-prefeito e atual vereador do Rio Cesar Maia (DEM) é acusado de ter recebido R\$ 1 milhão da empreiteira OAS em 2014 em inquérito concluído pela Polícia Federal no âmbito da Lava Jato. Para ele, os deputados devem avançar em votações das propostas de mudanças das leis trabalhistas e da Previdência ainda no primeiro semestre. O preposto do governo Temer na Câmara, ataca a Justiça do Trabalho e os direitos dos trabalhadores. Ao afirmar que a Justiça do Trabalho não deveria existir e que é responsável pelo desemprego (sic), o deputado age de má fé e demonstra que defende os interesses dos exploradores e é totalmente contra os trabalhadores. E ao dizer que a CLT deve ser radicalmente alterada a ponto de se tornar inócua, Rodrigo Maia apenas mostra que deseja precarizar, ao máximo, as relações de trabalho. O deputado é um representante da oligarquia que há séculos busca viver do trabalho alheio e usa o Estado para seus interesses escusos em detrimento da sociedade.